

A faint, light gray sketch of a modern building with a sharp, angular design is visible in the background on the left side of the slide.

“PLANO BRASIL MAIOR”

E AS RECENTES ALTERAÇÕES PELA

Lei 12.715/12

❖ Plano Brasil Maior - Evolução Legislativa

MP 540/11



Lei nº. 12.546/11



MP 563/12



Lei nº. 12.715/12

É proibida a reprodução total ou parcial, bem como a produção de material a partir deste.

❖ COFINS-IMPORTAÇÃO – Alíquota Adicional

Setores afetados:

Área têxtil, confecções, couro e calçados, móveis, plásticos, material elétrico, autopeças, bens de capital mecânico entre outros.

Alíquota: a alíquota de 7,6% é acrescida de 1% na hipótese de importação dos produtos listados no Anexo da Lei 12.546/11 introduzido pela Lei nº 12.715/12

Crédito: deve ser aplicada a alíquota de 7,6%.

Vigência: a partir de 1º de agosto de 2012.

É proibida a reprodução total ou parcial, bem como a produção de material a partir deste.

❖ COFINS-IMPORTAÇÃO – Setores Confeções, Couro e Calçados

Alíquota Adicional: a lei estabeleceu adicional de 1,5% para os produtos listados dos setores confeções, couro e calçados, que vigorará até 1º de agosto de 2012, quando passa a incidir a alíquota adicional de 1% prevista na Lei nº 12.715/12, a qual contemplou também os referidos produtos.

É proibida a reprodução total ou parcial, bem como a produção de material a partir deste.

❖ COFINS-IMPORTAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – Lei 12.546/11 (produtos do setor têxtil abrangidos)

Anexo da Lei nº 12.546/11 introduzido pela Lei nº 12.715/12		
NCM		
5005.00.00	5203.00.00	53.09
5006.00.00	52.04	53.10
50.07	52.05	5311.00.00
5104.00.00	52.06	Capítulo 54
51.05	52.07	Capítulo 55
51.06	52.08	Capítulo 56
51.07	52.09	Capítulo 57
51.08	52.10	Capítulo 58
51.09	52.11	Capítulo 59
5110.00.00	52.12	Capítulo 60
51.11	53.06	Capítulo 61
51.12	53.07	Capítulo 62
51.13	53.08	Capítulo 63

É proibida a reprodução total ou parcial, bem como a produção de material a partir deste.

❖ Contribuição sobre Receita Bruta

Setores afetados:

- Área têxtil, confecções, couro e calçados, entre outros.

Contribuição Patronal ao INSS: foi substituída pela contribuição de 1% sobre a receita bruta para os fabricantes dos produtos listados no Anexo da Lei nº 12.546/11 introduzido pela Lei nº 12.715/12.

Lei nº 12.546/11: a referida substituição já estava prevista na lei, contudo apenas para alguns produtos dos setores de confecções, couro e calçados e à alíquota de 1,5%, que será aplicada até a entrada em vigor da Lei nº 12.715/12, quando a alíquota passará para 1% (Agosto de 2012).

É proibida a reprodução total ou parcial, bem como a produção de material a partir deste.

❖ Contribuição sobre Receita Bruta

Pessoas jurídicas sujeitas à substituição: fabricantes dos produtos listados no Anexo, sendo que para tanto devem ser utilizados os conceitos de industrialização e industrialização por encomenda constantes da legislação de regência do IPI.

Base de cálculo: receita bruta decorrente das vendas no mercado interno dos produtos listados no Anexo, excluídas as vendas canceladas, descontos incondicionais concedidos, as exportações, IPI (se incluído na receita bruta) e o ICMS quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário.

Obrigatoriedade: a substituição não é facultativa.

Vigência: a partir de 1º de agosto de 2012 até dezembro de 2014.

É proibida a reprodução total ou parcial, bem como a produção de material a partir deste.

❖ Contribuição sobre Receita Bruta

Desenvolvimento de produção contemplada e não contemplado pela substituição: proporcionalização da receita dos produtos abrangidos e não abrangidos pela nova sistemática para apuração do valor final da contribuição previdenciária.

A Lei esclarece que, para as empresas que desenvolvam outras atividades econômicas que não só aquelas desoneradas, a contribuição à Seguridade Social será paga (i) sobre a receita bruta correspondente às atividades beneficiárias e (ii) com base no disposto no art. 22 da Lei nº. 8.212/1991, “reduzindo-se o valor da contribuição a recolher ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de atividades não relacionadas aos serviços de que trata o caput e a receita bruta total”.

É proibida a reprodução total ou parcial, bem como a produção de material a partir deste.

❖ Contribuição sobre Receita Bruta

Hipóteses de dispensa da Proporcionalização retromencionada:

- i) Receita bruta das atividades não abrangidas ser igual ou superior a 95% da receita bruta total => incidirá apenas a contribuição sobre a folha de pagamento;
- ii) Receita bruta das atividades não abrangidas ser inferior a 5% da receita bruta total => incidirá apenas a contribuição sobre a receita bruta.

É proibida a reprodução total ou parcial, bem como a produção de material a partir deste.

❖ *Perguntas e Respostas*

1 – Qual Contribuição foi substituída?

A Contribuição Patronal ao INSS (INSS patronal), prevista nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991 foi substituída pela contribuição de 1% sobre a receita bruta.

2 – Quem está sujeito à referida substituição?

Os fabricantes dos produtos listados no Anexo da Lei nº 12.546/11 introduzido pela Lei nº 12.715/12 deverão observar a nova sistemática de apuração da contribuição previdenciária.

É proibida a reprodução total ou parcial, bem como a produção de material a partir deste.

❖ *Perguntas e Respostas*

3 – Qual é a base de cálculo da nova contribuição?

A base de cálculo é a receita bruta no mercado interno decorrente da venda dos produtos listados, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, do mês correspondente ao fato gerador da contribuição previdenciária. Para fins do cálculo da contribuição não são considerados como receita bruta o valor do IPI e do ICMS-ST, por não comporem o preço do produto.

4 – A substituição da Contribuição Patronal pela Contribuição sobre a Receita Bruta é uma faculdade do contribuinte?

A nova sistemática é uma imposição normativa, portanto não é uma faculdade

É proibida a reprodução total ou parcial, bem como a produção de material a partir deste.

❖ Perguntas e Respostas

5 – Como fica o cálculo da contribuição quando há venda de produtos abrangidos e não abrangidos pela nova sistemática?

A empresa deverá proceder ao cálculo da contribuição sobre a receita bruta apenas sobre a receita correspondente à venda dos produtos abrangidos.

Com relação ao restante das receitas de venda de produtos não abrangidos, o recolhimento da contribuição previdenciária deverá ser efetuado com base na forma atual, ou seja, sobre a folha de pagamento, aplicando-se a alíquota de 20%.

É proibida a reprodução total ou parcial, bem como a produção de material a partir deste.

Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012



A Empresa apurou Receita Bruta (excluindo vendas canceladas e descontos incondicionais) R\$100.000 no mês, 70% do seu faturamento é obtido com vendas de produtos classificados no capítulo 39 (abrangidos pela medida) A folha de pagamentos dessa empresa é de R\$20.000/mês.

1) A empresa tem receita bruta apurada em R\$ 100.000,00

2) 70% da receita é obtida com vendas de produtos listados na medida (produtos do Capítulo 39);

Receita produtos envolvidos (70%)	Receita produtos não envolvidos (30%)
R\$ 70.000,00	R\$ 30.000,00

3) A contribuição sobre a receita bruta de 1% deve ser feita sobre a parcela da receita obtida com as vendas dos produtos envolvidos na medida

R\$ 70.000,00 X 1% = R\$ 700,00 Valor a contribuir sobre a receita bruta (DARF - código 2991)

É proibida a reprodução total ou parcial, bem como a produção de material a partir deste.

4) Os 30% do faturamento que são de produtos não enquadrados na sistemática, deverá ser recolhido da forma atual (20% sobre a folha), proporcionalmente;

Folha de salários	20% sobre a folha de salários
R\$ 20.000,00	R\$ 4.000,00

30% a ser recolhido referente a contribuição sobre o valor da receita de produtos não envolvidos na medida

R\$ 1.200,00 Valor a contribuir relativo as receitas de produtos não envolvidos na medida (GPS - cod 2100)

É proibida a reprodução total ou parcial, bem como a produção de material a partir deste.

❖ *Perguntas e Respostas*

6 – Como recolher a contribuição sobre o 13º salário?

A nova contribuição incide sobre a receita bruta, motivo pelo qual não há uma nova incidência em decorrência do 13º salário. Todavia, como a substituição só entrará em vigor no dia 1º de agosto de 2012, a Lei determina que a Contribuição Patronal deve ser calculada proporcionalmente aos meses do ano em que a pessoa jurídica não estava sujeita a nova sistemática. Portanto, sobre a parcela correspondente ao período de janeiro a julho de 2012 será devida a contribuição sobre a folha de pagamento. A partir de agosto de 2012, a contribuição previdenciária sobre o 13º estará abrangida pela contribuição sobre a receita do mês de dezembro.

É proibida a reprodução total ou parcial, bem como a produção de material a partir deste.

❖ *Perguntas e Respostas*

7 – Qual procedimento para o recolhimento da Contribuição sobre o 13º salário?

No contexto da MP 540 e Lei nº 12.546/11, foi editado o ADE CODAC nº 93/11, prescrevendo que quando da prestação de informações relativas às contribuições incidentes sobre o 13º salário declarado na competência 13, deverá ser lançado no campo "Compensação" a diferença entre o valor calculado pelo Sefip e o valor apurado pela empresa de acordo com os meses do ano de 2011 que a Lei nº 12.546/11 produziu efeitos (proporcionalização). Deste modo é possível que para o ano de 2012 seja adotado pela RFB o mesmo procedimento em razão da Lei nº 12.715/12 também prever a proporcionalização.

É proibida a reprodução total ou parcial, bem como a produção de material a partir deste.

HONDA, ESTEVÃO – ADVOGADOS

Dr. Helcio Honda – Sócio Fundador

E-mail: honda@hondaestevao.com.br

Telefone: 2149-0538

Dra. Lumy Miyano Mizukawa – Sócia

E-mail: miyano@hondaestevao.com.br

Telefone: 2149-0517

Dr. Gilberto Frigo Junior – Coordenador Tributário Consultivo Diretos

E-mail: gilberto@hondaestevao.com.br

Telefone: 2149-0561

Dr. Alexander Silverio Cainzos – Gerente Tributário Consultivo

E-mail: alexander@hondaestevao.com.br

Telefone: (11) 2149-0559

Av. Paulista, 475 – 3º andar

Bela Vista – São Paulo / SP

CEP 01311-908